

MAIS PRODUÇÃO E MAIS EMPREGO

A repentina desvalorização do real pode ter surpreendido a muitos. Mas o fenômeno apenas confirma que em economia todo artificialismo tem limites no tempo, para sua sustentação, a menos que sejam introduzidos mecanismos compensatórios. Se isso não for possível, sempre haverá um preço, que será tanto maior quanto mais tempo se leve para a correção de rumos.

A crise do real tem três tempos: o tempo passado, quando tudo aconteceu; o tempo presente, quando a perplexidade diante da magnitude dos problemas acumulados, e o receio em seguir caminhos não convencionais — dificultando a definição das novas opções —; e o tempo futuro, que tende a ser marcado pela estratégia escolhida para superar as dificuldades.

Do tempo passado tem-se já uma percepção clara do que ocorreu desde que, após o primeiro e grave déficit externo de 1995, optou-se pela manutenção dos mecanismos de sustentação do real e pela estratégia de atrair dólares para financiar a dívida. Para isso foram elevados os juros internos — a dano das finanças da União, dos estados e municípios, e da economia em geral —, com o Tesouro então garantindo, com seus títulos, ganhos superiores a 50% no ano, quando a inflação era de apenas 15%.

Em decorrência, e como reflexo da valorização cambial e da "abertura dos portos", registrou-se total reversão do intercâmbio comercial com o resto do mundo, fazendo surgir um aumento incontrolável da dívida externa — US\$ 100 bilhões em apenas quatro anos, e na dívida interna com títulos do Tesouro — R\$ 300 bilhões em igual período.

O tempo presente revela o que seria inevitável. É impossível sustentar indefinidamente uma situação de endividamento crescente — pois ninguém financia uma empresa ou um país em tais circunstâncias —, donde a crise do financiamento externo. Como também é inviável emitir continuamente títulos para cobrir os juros do governo, já que a dívida fica impagável e, independentemente das taxas de juros oferecidas, crescem as dificuldades para a venda de novos papéis.

Na atual situação do país não há, pois, como se chegar ao "ajuste fiscal" (sinônimo de equilíbrio das contas do governo) através de aumento das receitas — como o governo vem tentando —, pois isso exigiria um aumento de impostos de 50% ape-

nas para pagamentos dos juros.

O tempo presente revela ainda que para equilibrar as suas contas sem recorrer aos infrutíferos aumentos de impostos ou confiscos de salários, o governo teria de pagar um juro máximo de 8,0% anuais sobre os títulos da dívida interna (mais variação cambial), sem a cobrança de tributos. Um ganho excepcional para os padrões internacionais, mas que exigiria, além da administração das taxas de câmbios, sempre antes praticada, também uma política de controle de divisas estrangeiras.

A necessidade de tais controles decorre tanto da fluidez dos capitais especulativos — que através de rápidos movimentos balança os mercados e pressionam os governos — como pelo fato de não se conhecer o montante de ganhos obtidos dentro do país com o vai-e-vem dos dólares; ganhos que, tendo como origem aplicações feitas em moeda nacional, não figuram dos registros oficiais como capitais pertencentes a estrangeiros.

O tempo futuro é onde se vislumbra o que país pode esperar como desdobramento da dupla crise do endividamento externo e do endividamento público interno. E as perspectivas são preocupantes quando o governo, avançando na contramão, eleva os juros e os impostos, além do risco de anular os ganhos que o aumento de tributos procura alcançar.

A dívida interna requer menos juros e mais receitas para o Tesouro. Porém, mais receitas com aumento da produção e não com novos impostos. E a dívida externa também só pode ser resolvida com aumento das exportações e com revisão do grau da abertura comercial.

Mas o aumento das exportações — que no modelo do Fundo Monetário Internacional (FMI) se busca com menos emprego, menos renda, e menos consumo interno —, terá de ser procurada, diferentemente, utilizando a elevada capacidade ociosa da economia, que representam algo como US\$ 300 bilhões de máquinas, equipamentos e edifícios hoje sem uso, e que permitiriam um aumento próximo de 25% na oferta de bens e serviços.

Essa seria a verdadeira opção — a ponte para o futuro —, pois além de reduzir os níveis de desemprego, refletiria, com a conseqüente queda nos custos de produção, em maior eficiência econômica.